

*Departamento de Licitação e Contratos.
Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE.
Município de Catalão.*

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA Nº 040/2024 – CONTRATAÇÃO DIRETA
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II, §3º, DA LEI Nº 14.133/2021**

A SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAE, na qualidade de **Entidade Autárquica do Município de Catalão, Estado de Goiás**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº **04.750.108/0001-52**, constituída por meio da Lei Municipal nº 1.922/2001, de 20 de Setembro de 2001, via do **Departamento de Compras, torna público que realizará Dispensa de Licitação, nos termos descritos no inciso II e §3º do artigo nº 75., da Lei 14.133/2021**, e as exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa de Licitação, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, **objetivando obter propostas adicionais de eventuais interessados.**

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	26/03/2024 à 29/03/2024
JULGAMENTO	Menor de Preço por item
LOCAL PARA ENTREGA DA PROPOSTA	Departamento de Compras do SAE Catalão, no horário das 08h00min às 11h00min e de 14h00min às 17h00min ou pelo endereço eletrônico abaixo.
ENDEREÇO ELETRÔNICO	comprassae@hotmail.com

1. DO OBJETO

1.1. Constitui como objeto deste Aviso de Dispensa de Licitação, Contratação de empresa para a prestação de serviços de exames médicos ocupacionais, em atendimento às necessidades da SAE, conforme descrito no ANEXO I - Termo de Referência.

2. DO PERÍODO PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO

2.1. A presente Dispensa de Licitação ficará ABERTA PELO PRAZO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site, e as referidas propostas deverão ser entregues no Setor de Compras da Superintendência de Água e Esgoto do Município de Catalão, Rua Vereador Kaveffs Abrão, Lago das Mansões, nº 660, Catalão-GO, no horário de 08h00min às 11h00min e de 14h00min às 17h00min, ou enviado pelo e-mail: comprassae@hotmail.com até a data limite, com a seguinte identificação: Proposta referente a Dispensa de Licitação nº 040/2024.

2.2. A proposta deverá ser apresentada conforme o modelo constante no ANEXO II.

*Departamento de Licitação e Contratos.
Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE.
Município de Catalão.*

3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL

3.1. As interessadas deverão comprovar que atendem os requisitos de habilitação sendo:

- a) Contrato Social / Requerimento de Empresário Individual, ou Certificado de Condição de Microempreendedor Individual;**
- b) Cadastro no CNPJ;**
- c) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e dívida ativa da União;**
- d) Certidão Negativa Estadual;**
- e) Certidão Negativa Municipal;**
- f) Certidão negativa Trabalhista;**
- g) Certidão Negativa de Regularidade com o FGTS (CRF);**
- h) Declaração de Atendimento ao Disposto no Artigo 7º, inciso XXXIII da CF;**
- i) Atestado de Capacidade Técnica expedido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que ateste que a empresa fornecedora já executou entregas eficientes;**
- j) Alvará de Vigilância Sanitária.**

3.2. Os documentos deverão ser encaminhados junto com a proposta de preços.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS:

4.1. Constui como parte integrante deste Aviso de Dispensa de Licitação:

4.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

4.1.2. ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO.

4.1.3. ANEXO III - Declaração de atendimento ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do Anexo IV.



Adriano Ferreira França
Departamento de Compras - SAE

Catalão/GO, 20 de março de 2024.

*Departamento de Licitação e Contratos.
Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE.
Município de Catalão.*

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DIRETA
Processo Administrativo nº 2024010866

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para a prestação de serviços de exames médicos ocupacionais, em atendimento às necessidades da SAE do Município de Catalão, com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei 14.133/2021.

1.2. Os serviços a serem contratados são considerados comuns de acordo com o inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

1.3. Descrição dos exames e suas estimativas:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	PREÇO MÉDIO TOTAL
1	Exame de hemograma completo	200	serviço	R\$ 17,66	R\$ 3.532,00
2	Exame glicemia	200	serviço	R\$ 17,66	R\$ 3.532,00
3	Exame de raio X de tórax	50	serviço	R\$ 63,33	R\$ 3.166,50
4	Exame de acuidade visual	100	serviço	R\$ 37,66	R\$ 3.766,00
5	Eletroencefalograma EEG com laudo	30	serviço	R\$ 68,33	R\$ 2.049,90
6	Eletrocardiograma ECG com laudo	30	serviço	R\$ 38,33	R\$ 1.149,90
7	Exame de audiometria	150	serviço	R\$ 48,33	R\$ 7.249,50

1.4 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, improrrogável, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1. A contratação destes serviços se faz necessária como parte integrante do citado na Norma Regulamentadora 07 que estabelece diretrizes e requisitos para o desenvolvimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO nas organizações, com o objetivo de proteger e preservar a saúde de seus empregados em relação aos riscos ocupacionais, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco –PGR da organização, e, aplica-se às organizações e aos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como os órgãos dos poderes legislativo e judiciário e ao Ministério Público, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho – CLT. Citado nesta Norma que cabe ao empregador custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO – inclusive os exames citados pelo médico do trabalho, no PCMSO, para cada trabalhador de acordo com os riscos ambientais que ele esteja exposto em suas atividades laborais.

Assim, torna-se obrigatória, conforme PCMSO, realização dos exames médicos: admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de riscos ocupacionais e demissional.

Os exames compreendem exames clínicos e exames complementares realizados de acordo com as especificações do PCMSO e de demais NRs, além disso, a SAE, não possui

*Departamento de Licitação e Contratos.
Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE.
Município de Catalão.*

quadro funcional, profissionais habilitados para referida prestação dos serviços, bem como, não tem estrutura física adequada para atendimento da aludida demanda.

Diante do exposto justifica a presente contratação a necessidade de realização dos exames.

2.2. O demonstrativo dos quantitativos, com as respectivas memórias de cálculo encontram-se no item 1 deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução adotada pela Superintendência de Água e Esgoto de Catalão - SAE será a dispensa de licitação, considerando que o valor envolvido na contratação estar inserido nos limites estabelecidos pelo Decreto Federal nº 11.871 de 29 de dezembro de 2023.

3.2. Ressalta-se que não foram identificados requisitos que restrinjam a competitividade de mercado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Subcontratação

4.1.1 não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Garantia da contratação

4.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o valor estimado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

5.1. Escopo dos serviços:

5.1.1. Os serviços serão realizados, por demanda, na sede da empresa que será contratada, mediante encaminhamento por parte da contratante.

5.1.2. Os exames médicos periódicos deverão ser realizados, dentro de uma programação estabelecida em comum acordo com a CONTRATANTE.

5.1.3. Os exames complementares laboratoriais previstos na NR7 devem ser executados por laboratório que atenda ao disposto na RDC/Anvisa nº 302/2005;

5.1.4. Sejam executados nos períodos matutino, vespertino de acordo com o funcionamento da respectiva Unidade;

5.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.8.1. Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.8.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.8.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos neste Termo e na proposta;

6.8.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.9.1. A Executar os serviços objeto deste Contrato nas condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados;

6.9.2. Realizar e repassar todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto contratado, juntamente com agente de contratação;

6.9.3. Fornecer todas as orientações, os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços, conforme especificações constantes deste Termo de Referência;

6.9.4. Fornecer todo o pessoal técnico especializado necessário à fiel e perfeita execução dos serviços, bem como os encargos previdenciários, trabalhistas e outros de qualquer natureza decorrentes da execução do Contrato;

*Departamento de Licitação e Contratos.
Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE.
Município de Catalão.*

6.9.5. Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os trabalhos nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços, imediatamente ou no prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional a Contratante;

6.9.6. Entregar os serviços, objeto deste Contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados;

6.9.7. Executar o Contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos serviços prestados;

6.9.8. Utilizar, na execução dos serviços, somente profissionais qualificados, treinados e capacitados, observado o perfil básico exigido neste Termo de Referência;

6.9.9. Cumprir os prazos previstos no Contrato ou outros que venham a ser fixados pela Contratante;

6.9.10. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da Contratante;

6.9.11. Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços objeto do Contrato pela equipe da Contratante, durante a sua execução;

6.9.12. Executar os serviços com a devida cautela, de forma a garantir a segurança de informações, dados e equipamentos da Contratante;

6.9.13. Apresentar, para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, relatório mensal, devidamente assinado pelo representante da CONTRATADA, contendo a descrição dos serviços prestados no mês de referência;

6.9.14. Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

7.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;

*Departamento de Licitação e Contratos.
Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE.
Município de Catalão.*

- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3. Os prazos para liquidação e pagamento serão limitados a:

I – até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

II – até 10 (dez) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

7.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133, de 2021, poderão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a liquidação.

7.5. O pagamento será realizado conforme prazo máximo citado no item 7.4 deste Termo de Referência, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.6. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

7.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

7.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação

*Departamento de Licitação e Contratos.
Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE.
Município de Catalão.*

financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX= Percentual de Taxa = 6%
----------	-----	-----------------------	---

7.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DO REAJUSTE

8.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, a Contratada que:

9.1.1. inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. cometer fraude fiscal;

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.2.2. multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

*Departamento de Licitação e Contratos.
Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE.
Município de Catalão.*

9.2.3. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.3. As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.3.3, 9.3.4 e 9.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

9.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

9.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021.

9.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com a divulgação de aviso de contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, em obediência a preferência dada no

*Departamento de Licitação e Contratos.
Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE.
Município de Catalão.*

§3º do artigo 75 da Lei 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

10.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, assim como, de habilitação econômico-financeira são as usuais para a generalidade do objeto.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

11.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos reais)**, conforme relatório de pesquisa de preços em anexo.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 As despesas com o presente objeto serão empenhadas a Cargo da Dotação Orçamentária: elemento de despesa:

Projeto de Atividade	Dotação Orçamentária
ADMINISTRAÇÃO DA SAE	10.1001.17.512.4012.4063-339039.

Catalão/GO, 19 de março de 2024.


Adriano Ferreira França
Departamento de Compras - SAE

*Departamento de Licitação e Contratos.
Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE.
Município de Catalão.*

ANEXO II

Ao Departamento de Compras

Ref.: PROPOSTA DE PREÇO

A
empresa.....CNPJ.....localiz
ada.....encaminha proposta de preço para participação na dispensa
nº...../2024

Os preços ofertados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Exame de hemograma completo	200	serviço		
2	Exame glicemia	200	serviço		
3	Exame de raio X de tórax	50	serviço		
4	Exame de acuidade visual	100	serviço		
5	Eletroencefalograma EEG com laudo	30	serviço		
6	Eletrocardiograma ECG com laudo	30	serviço		
7	Exame de audiometria	150	serviço		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:.....(.....)

O prazo de validade é de 60 dias a partir do recebimento.

Declaramos pleno conhecimento das condições de prestação de serviço, conforme
Termo de Referência, anexo I, do aviso de dispensa de licitação

Catalão/GO, xxxxxx de xxxxxxxx de 2024.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa - CNPJ

*Departamento de Licitação e Contratos.
Superintendência Municipal de Água e Esgoto – SAE.
Município de Catalão.*

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

(art. 7º, XXXIII, CF).

A empresa CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal, Sr....., portador do RG nº....., e do CPF nº....., DECLARA, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesseis) anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)

Catalão/GO, xx de xxxxxxxxxxxx de 2024.

Representante Legal